



BOLETIM SOBRE DIREITOS HUMANOS



<https://multimedia.europarl.europa.eu>

www.cddmoz.org

Segunda - feira, 31 de Março de 2025 | Ano V, n.º 414 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

SEM VERDADE, SEM PAZ:

Caminhos para a justiça transicional em Moçambique



Introdução

Sob o título “Verdade e Justiça para as Violações de Direitos Humanos no Contexto Pós-Eleitoral em Moçambique”, realizou-se no dia 11 de Março de 2025 um webinar de alto nível para reflectir sobre os caminhos possíveis para a justiça transicional em Moçambique, tendo como pano de fundo as graves violações de direitos humanos que marcaram o período pós-eleitoral. O en-

contro foi promovido por organizações de direitos humanos e justiça social, com o apoio institucional da União Africana, reunindo especialistas nacionais, regionais e internacionais, bem como representantes da sociedade civil.

O principal objectivo da iniciativa foi sensibilizar as comunidades nacional e internacional sobre a urgência de enfrentar os abusos cometidos após as

eleições de outubro de 2024 e promover um debate aprofundado sobre os mecanismos de responsabilização, reparação às vítimas e reformas institucionais duradouras. O webinar proporcionou um espaço plural e qualificado para discutir soluções centradas nos princípios da justiça transicional, conforme delineado pela Política da União Africana adotada em 2019.

Entre os painelistas estiveram figuras de grande prestígio, como Alice Mogwe (Presidente da FIDH), Dzikamai Bere (Zimbabwe Human Rights Association), Annah Moyo (Centre for the Study of Violence and Reconciliation), Zenalda Machado (Human Rights Watch), Prof. Tim Murithi (Institute for Justice and Reconciliation - IJR) e Dr. John Ikubaje (Departamento de Assuntos Políticos, Paz e Segurança da União Africana).

O contexto moçambicano descrito durante o evento é profundamente alarmante. Desde o processo eleitoral, o país tem enfrentado uma escalada de vio-

lência e repressão institucionalizada, com relatos de uso desproporcional da força contra manifestantes pacíficos, execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias, censura digital e intimidação sistemática de jornalistas, activistas e membros da oposição política. Estima-se que mais de 500 pessoas tenham sido mortas, com centenas de feridos e milhares de detenções ilegais, incluindo de crianças e adolescentes.

Diante desse cenário, os participantes do webinar foram unânimes em afirmar que a resposta do Estado não pode continuar a ser a omissão ou a repressão, mas sim a construção de um processo inclusivo e participativo de justiça transicional, com base na verdade, na responsabilização, na reparação às vítimas e na reforma das instituições. Trata-se, portanto, de um momento decisivo para Moçambique – um ponto de inflexão que pode determinar os rumos da paz, da democracia e da coesão social no país.

A Urgência da justiça transicional para Moçambique

A justiça transicional, conforme delineada na Política da União Africana de 2019, constitui um processo multidimensional que articula os pilares da busca da verdade, responsabilização, reparações, reconciliação e garantias de não repetição. Vai além de medidas punitivas: abrange escuta das vítimas, reforma de instituições, preservação da memória histórica e combate às causas estruturais da violência. Sua proposta é transformar traumas históricos em caminhos de reconstrução nacional.

A abertura do debate foi conduzida por Alice Mo-

gwe, que sublinhou que “a justiça transicional é um caminho essencial para promover justiça, reconciliação e reformas institucionais”, especialmente em contextos onde a impunidade é sistemática. Ela alertou que a falta de responsabilização agrava a vulnerabilidade das comunidades e perpetua ciclos de violência. Mogwe fez um apelo à acção coordenada da sociedade civil e dos organismos regionais para que o Estado moçambicano adote uma agenda concreta de justiça com base nos direitos humanos.

Annah Moyo reforçou que a verdade é o primeiro passo para qualquer processo genuíno de reconciliação. Moçambique, segundo ela, continua marcado por legados de violência que vão desde a guerra civil entre FRELIMO e RENAMO, à insurgência no norte do país e às recentes repressões pós-eleitorais. “Não se pode construir paz duradoura ignorando o sofrimento das vítimas e omitindo responsabilidades históricas”, enfatizou. Para Moyo, é fundamental que a verdade seja construída com base em múltiplas vozes – vítimas, agressores, comunidades e testemunhas – e que seja entendida como um processo contínuo de escuta e reconhecimento.



O Prof. Tim Murithi relembrou a célebre advertência de Desmond Tutu: “Não há futuro sem justiça.” Destacou a importância de transformar o actual momento político – simbolizado pela assinatura de um Memorando de Entendimento entre partidos – numa oportunidade concreta de institucionalização da justiça transicional. “Este processo não pode ser um evento simbólico. Deve ser um esforço contínuo de cura nacional, reconstrução institucional e fortalecimento da coesão social”, afirmou. Murithi enfatizou o papel central da sociedade civil moçambicana, especialmente quando o Estado se omite: “O silêncio jamais poderá ser a base da paz.”



O Dr. John Ikubaje, da União Africana, recordou que Moçambique se pode beneficiar da experiência de outros países do continente, como Etiópia, Gâmbia, Lesoto e Zimbábue. Nestes casos, a UA forneceu apoio técnico e político para os processos de justiça transicional. Ele destacou os princípios fundamentais da política da UA: liderança africana, apropriação nacional e local, inclusão, sensibilidade ao contexto, equidade de género e geração, equilíbrio dos pilares da justiça transicional e centralidade das vítimas. “A União Africana está pronta para apoiar Moçambique, desde que o governo manifeste formalmente essa vontade”, declarou.



Dzikamai Bere apresentou a justiça transicional como uma “cesta de ferramentas” ao dispor de sociedades marcadas por legados de violência. Propôs cinco eixos estratégicos: (1) diálogos nacionais com base comunitária; (2) documentação sistemática de violações; (3) fortalecimento da liderança local; (4) envolvimento activo da juventude e (5) abordagem regional integrada. Citando Johan Galtung, destacou a importância de “mil diálogos locais” como antídoto ao elitismo e à exclusão política. Segundo Bere, “as soluções verdadeiramente eficazes nascem da escuta das bases sociais, não apenas de decisões políticas centralizadas.”



Zenaida Machado, da Human Rights Watch, compartilhou evidências recolhidas desde 2015, demonstrando a continuidade de padrões de impunidade, violência institucional, censura e perseguição política. Apontou o uso sistemático de munição real contra manifestantes pacíficos, detenções arbitrárias de menores sem notificação às famílias e restrições prolongadas ao acesso à internet. “A repressão não é só física: é também simbólica e psicológica. Ela silencia, intimida e normaliza a violência como linguagem de governo”, afirmou. Zenalda destacou que as populações mais atingidas são jovens, mulheres e trabalhadores informais que dependem da liberdade de expressão e conectividade digital para sobreviver. “Negar justiça e verdade é comprometer o futuro democrático do país”, concluiu.



Considerações Finais

O webinar “Truth and Accountability for Post-Election Human Rights Violations in Mozambique” revelou de forma contundente a urgência de se adotar um processo de justiça transicional em Moçambique como ferramenta essencial para enfrentar as consequências das graves violações de direitos humanos recentemente registadas. As vozes presentes neste espaço – representantes de instituições africanas, organizações internacionais, lideranças da sociedade civil e especialistas em direitos humanos – convergiram em torno de um diagnóstico comum: não há reconciliação duradoura, nem paz sustentável, sem verdade, justiça e responsabilização.

Ficou claro que Moçambique vive não apenas uma crise política e institucional, mas também uma profunda crise de confiança. A impunidade histórica, aliada à repressão recente, ameaça corroer os alicerces da democracia e impede que o país avance de forma segura para o futuro. Por isso, a justiça transicional foi apresentada não como uma opção, mas como uma necessidade urgente e incontornável.

O apelo lançado neste encontro é claro: é hora de enfrentar os traumas colectivos acumulados, de escutar as vítimas, de reconstruir a memória nacional com base na verdade e de reformar as instituições que falharam em proteger os direitos fundamentais dos cidadãos. A ausência de mecanismos eficazes

de responsabilização apenas legitima a repetição da violência. Inverter esse quadro exige coragem política, mobilização social e compromisso internacional.

As contribuições dos oradores apontam caminhos concretos: a criação de uma Comissão Nacional de Verdade, Responsabilização e Reconciliação; o fortalecimento da participação cívica, especialmente das comunidades mais afectadas; a valorização de saberes e práticas locais; o engajamento dos jovens como protagonistas da paz; e a mobilização de apoio técnico e político das organizações regionais e continentais.

Este webinar não foi um ponto de chegada, mas sim um ponto de partida. Um marco simbólico e estratégico para uma nova etapa da luta por justiça em Moçambique. O êxito dessa jornada dependerá da articulação entre Estado, sociedade civil e parceiros internacionais, e do compromisso colectivo com um futuro onde os direitos humanos sejam respeitados, a dignidade humana restaurada e as feridas do passado finalmente reconhecidas e curadas.

Que as reflexões e recomendações aqui partilhadas sirvam como bússola para os próximos passos. Moçambique merece e precisa de um processo que transforme o sofrimento em justiça e a memória em caminho de reconciliação e esperança.

Recomendações Prioritárias Ao Governo de Moçambique:

- Criar uma Comissão Nacional de Verdade, Responsabilização e Reconciliação com ampla representatividade;
- Investigar e responsabilizar os autores de violações de forma independente;
- Libertar todos os manifestantes detidos por protestos pacíficos;
- Reparar simbolicamente e financeiramente as vítimas;
- Realizar reformas estruturais nos sectores de segurança, justiça e administração eleitoral;
- Solicitar apoio técnico à União Africana e à SADC;
- Integrar os princípios da justiça transicional em futuros acordos e negociações políticas.

Aos Movimentos Sociais:

- Manter o carácter pacífico das manifestações;
- Proteger o direito ao dissenso e à não participação;
- Condenar actos de vandalismo, intimidação e coerção;
- Criar espaços de escuta e diálogo com as instituições públicas.

À Comunidade Internacional:

- Apoiar técnica e financeiramente os processos de justiça, reparação e reconciliação;
- Condicionar apoio diplomático ao cumprimento de normas internacionais de direitos humanos;
- Financiar investigações independentes e missões de apuramento de factos;
- Apoiar o fortalecimento da sociedade civil e dos mecanismos locais de escuta e participação cidadã;
- Exigir o cumprimento dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos pelas empresas envolvidas em Moçambique.





MISSÃO:

Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.

MISSION:

Inspiring and driving actions to protect human rights, strengthen democracy, and promote justice.

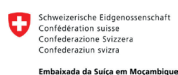
INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Assistentes do Programa: Artur Malate; Sheila Wilson; Marcia Massosste; Florentina Cassabue.
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

